

Os Significados do Trabalho Remunerado para Egressas de uma Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência Conjugal

Servicios gubernamentales de apoyo a víctimas de violencia de género

Margareth Ribeiro de Araújo¹
Alessandra Sampaio Chacham²

RESUMO

Nesse artigo objetivou-se compreender os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal atendidas na Casa Abrigo Sempre Viva em Belo Horizonte. Cinco mulheres egressas da Casa Abrigo foram entrevistadas para a realização deste trabalho. Na análise das entrevistas buscou-se compreender o potencial do trabalho remunerado como um meio de romper o círculo da violência conjugal. Nesse processo, observou-se que a expectativa do trabalho remunerado traz um potencial que, para além da aquisição financeira, introduz importante contribuição para o resgate da autoestima, possibilitando uma nova dinâmica que favorece a autonomização da mulher. É nesse processo de enfrentamento de situações concretas de violências e subordinação, que o trabalho remunerado possibilita a prática emancipatória da mulher.

Palavras-chave: Gênero, Violência Conjugal, Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

No cotidiano do atendimento a mulheres em situação de violência conjugal, percebe-se a importância que elas dão ao trabalho remunerado, sobretudo durante os atendimentos individuais e nos grupos coletivos de reflexão ou oficinas. São nesses momentos que revelam em seus discursos a desmistificação do caráter sacrossanto da família e da intocabilidade do espaço privado; a estrutura sexuada, por excelência, no seio da qual a subordinação das mulheres e das crianças se mantém instituídas sob o peso do serviço doméstico; a baixa autoestima da mulher que, ao permanecer numa situação rotineira de agressões físicas e psicológicas, se mostra vulnerável e em intensidade crescente, à depressão, ao medo, à ansiedade e à somatização.

Nesse contexto, pode-se perceber também que a violência cronicada, ou seja, aquela que acontece cotidianamente e durante muito tempo, também vem somar aos sintomas físicos, a elevação do consumo de serviços de saúde, do uso de medicamentos, estendendo-se às crianças, pois essas são alvos ou expectadores da mesma violência. Surgem daí, variadas manifestações de mal estar físico e psicológico, que reiteram o isolamento e falta de apoio familiar; às carências de recurso financeiro, qualificação profissional, informação e uma profunda descrença e insegurança quanto à própria sorte e a de seus filhos/as. Tais circunstâncias, de alguma forma induz à reflexão da efetividade das políticas públicas de gênero, as referências ao trabalho remunerado como uma “tábua de salvação”, uma possibilidade única de resgate, aparecem de maneira frequente o que vem reforçar a relevância desse estudo.

1.1 A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011).

² Professora-adjunta nível III do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999).

Na literatura enfatiza-se que a violência de gênero em relações íntimas se passa dentro de um quadro de disputa de poder, no qual o uso da força é necessário para estabelecer e manter a dominação. De acordo com Saffioti (2004) a violência abre um caminho para maior efetividade da dominação e se dirige àquela/es capazes de oporem resistências, fato que vem sendo reiterado na medida em que se identifica, muitas vezes, que a passividade é, antes, consequência e não causa da violência.

Conforme observa Smigay (2000) revela-se, também, a partir daí, a família como uma instituição frequentemente violenta, a despeito dos laços de afeto que, supostamente a alicerçam e que a esfera privada não é isenta de regulação do poder público, fato que pode ser valorado positivamente na perspectiva de dar visibilidade ao fenômeno por meio de análises, debates entre outras, que possibilite ultrapassar a cotidianidade e a imediaticidade das rotinas institucionais na tentativa de se assegurarem direitos. Nesse sentido, adotamos como ponto de vista que as práticas de prevenção e enfrentamento da violência de gênero devam dirigir-se como ato político de defesa da liberdade, da cidadania e dos direitos humanos, e não como construção dicotômica de lugares do algoz e da vítima, ou da busca de culpados, reforçando uma perspectiva fatalista.

Entretanto, a intervenção necessariamente interdisciplinar desse fenômeno, aponta para padrões institucionais muito variados nas políticas públicas e, também, as de prevenção e enfrentamento à violência, sobretudo no que diz respeito às diferentes formas de compreensão dos conflitos e das dinâmicas de violência. Pois, quando se considera a magnitude do fenômeno e a necessidade do atendimento em rede de serviços, depara-se com uma precariedade dos mesmos que vão desde as diferentes conceituações do fenômeno, um acolhimento inadequado, a falta de uma escuta não julgadora, a imposição de condutas e resoluções que não encontram adesão de parte das usuárias dos serviços, até a ausência de acesso aos meios jurídicos e de proteção, que viabilizem o respaldo da mulher frente ao agressor.

Tendo em vista as considerações acima, destacamos que no âmbito das ações políticas de gênero variadas análises compartilham com Godinho e Costa (2006) do princípio de que o enfoque de desenvolvimento de políticas nessa área é recente, a articulação dos serviços e recursos, a integração dos profissionais, a constituição formal de redes de assistência, articulando os serviços e, também, reunindo os esforços de diferentes níveis de governo, além da sociedade civil e dos movimentos sociais de mulheres, são prioridades para a sustentação de uma ação efetiva de enfrentamento do problema.

Nessa pesquisa consideramos a dimensão do conceito de gênero como campo aglutinador e analítico da pesquisa, bem como ativamente construído na e pela cultura, instituindo não apenas modos de ser homem ou mulher, mas atravessando e constituindo todas as instâncias do social, portanto histórico, político e contingente, trabalha-se a conceituação de categorias com as quais operamos ao longo desta escrita – a violência de gênero e a violência no espaço da conjugalidade.

Essa abordagem, mereceu um empenho especial, pois considerando o que Welzer-Lang aponta, uma vez que foi duramente criticado, “não se trata de uma análise *diferencialista*, mas de um verdadeiro problema epistemológico no estudo das relações sociais.” (WELZER-LANG, 2004: 115). Deve-se considerar, então, que o importante para esta pesquisa não foi esboçar mais uma vez a diferença entre os sexos, mas tentar descrever e compreender como a diferença é construída socialmente, conformando identidades, bem como as consequências advindas dessa.

A perspectiva de Lauretis (1994) também contribuiu para enriquecer nossas elaborações, ao partir da concepção de sujeito social multifacetada, apreendida em suas relações entre a subjetividade e a sociabilidade: “um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença e, sim, por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não só na experiência de relação de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto, múltiplo, em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido” (LAURETIS, 1994: 208).

Sendo assim, foi realizada uma ampla discussão sobre o que seria considerado aqui, nessa pesquisa, o tema da violência no espaço da conjugalidade, uma vez que, a literatura consultada usa de modo polissêmico e não consensual as expressões “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência interpessoal”, “violência contra a mulher”, “violência conjugal” e “violência nos espaços de intimidade”. Optamos aqui por utilizar o termo “violência conjugal”, pois queremos deixar claro que referimos à violência que mulheres sofrem por parte de seus parceiros no contexto de relações conjugais, que podem ou não ser formalizadas. Contudo, é importante ressaltar que não há unanimidade entre as diferentes autoras, que trabalham com esse tema, a respeito dos termos utilizados. Como consideramos que nem toda relação afetiva no espaço da intimidade possa ser reduzida às relações de conjugalidade, para fins deste trabalho recuperam-se os significados de violência conjugal, um tipo de violência baseada no gênero, definida por Saffioti (2004, p.74) como aquela que “ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa”. Esse tipo de violência apresenta características específicas e, de acordo com a autora, uma das mais relevantes é a sua rotinização.

No que concerne à questão da violência, Welzer-Lang (2004), destaca que é um modo de regulação das relações sociais de sexo. A violência masculina dominante é central na regulação dessas relações e traduzem muitas vezes a dominação coletiva do grupo de homens sobre o grupo de mulheres. No âmbito do privado destaca que a violência é, sobretudo, masculina e doméstica, em outras palavras, isso significa que, quando uma mulher exerce violência sobre crianças, fazendo uso da desigualdade de poder e das relações hierarquizadas entre elas, está se conduzindo no registro do masculino.

É, sobretudo, no âmbito dessa busca por entendimentos teóricos quanto aos possíveis lugares subalternos dos que diferem da virilidade triunfante e das manifestações e consequências advindas do “desvio” ao padrão dominante, que surgem as contribuições de ordem acadêmica. Smigay (2003:113) ressalta que “comparando palavra por palavra como homens e mulheres, em nome de sua educação (ainda) diferenciada, enunciam e definem certas práticas sociais, evidenciou-se logo que nós não tínhamos as mesmas visões do social”. A autora analisa que o reconhecimento do “outro”, daquele/a que não partilha de determinados atributos pré- definidos, é feito a partir do lugar social diferenciado e essa perspectiva muito contribui para se entender sobre relações violentas nos espaços da conjugalidade a partir do “duplo padrão assimétrico”, termo elaborado por Welzer-Lang (2004).

A fim de chamar atenção para que se observem os diferentes entendimentos que homens e mulheres possuem acerca da violência, Welzer-Lang (2004) cunha a expressão “*duplo padrão assimétrico*”. Segundo ele, é a partir dessas diferenças de entendimentos é que se abrem conseqüentemente, as diferentes expectativas, marcando, assim, alguns de seus desencontros: “(...) depois de ter ouvido muitas centenas de depoimentos detalhados, que não só homens violentos e as mulheres vítimas de violência não falam sempre da mesma coisa quando enunciam as violências, mas além disso – o que me deixou perplexo -, quando abrem mão da negação, atitude defensiva inicial, os homens violentos podem enumerar mais violências que suas companheiras. (WELZER-LANG 2004:114).

Ou seja, avalia que os homens (por ele entrevistados) não têm nenhuma noção da violência corporal e psicológica sofrida pela parceira, e que não estabelecem uma correlação entre seu ato e a extensão do dano. Para eles, a violência é instrumental – assimilável a uma mensagem comunicacional ou a uma arma. A violência pretende mostrar que ele é o chefe, que ele dirige a relação, que controla o outro. “Os dominantes não têm muita idéia sobre os efeitos corporais e psíquicos da dominação que eles exercem.” (WELZER-LANG 2004:113).

Já entre as mulheres vítimas de violência, como também Smigay (2000) aponta em seu trabalho, uma conduta muito frequente é a de subestimar os riscos de uma relação estruturada sobre a violência, justamente por desentender sua lógica a autora identifica que: “no discurso masculino é possível reconhecer um *continuum* e uma intencionalidade; a violência segue uma sequência – verbal, sexual, física – e o objetivo é mostrar ao outro, exprimir um sentido, um desejo, impor uma vontade. No discurso feminino, a violência é definida de forma descontínua, composta por atos físicos, a não ser que

a narradora tenha passado por processo de conscientização – neste caso, seu discurso é já um discurso reconstruído”. (SMIGAY, 2000: 111).

Essa visão da violência como descontínua, contribui para sustentar o que Soares (2005), descreve como o ciclo da violência, modelo circular composto por três fases: a primeira seria a construção da tensão no relacionamento; a segunda, a explosão da violência e na terceira ocorreria o processo de reconciliação. Esse processo se repetiria, acumulando humilhações, agressões físicas, patrimoniais entre outras que vão enlaçando, constringendo e cerceando a dignidade da vítima, podendo levá-la à morte.

1.2 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NO BRASIL

Como resposta ao pervasivo fenômeno da violência de gênero na sociedade brasileira, a construção das políticas de gênero no Brasil impulsionado por iniciativas do movimento feminista, reiteradas pelas teorias e práticas de escuta qualificada e interdisciplinar, somado aos compromissos e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, é fator fundamental para a institucionalização de órgãos especiais de prevenção e enfrentamento a violência (Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Disque 180). Soma-se a esses a criação da Lei 11.340/06 – Maria da Penha, que fortaleceu a ampliação da cidadania das mulheres resultando dentre outras conquistas, numa pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania nos espaços públicos, bem como a articulação de políticas.

Nesse itinerário foi criada a Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte em 1998, que é composta por três equipamentos: Núcleo Central, Benvinda – Centro de Apoio a Mulher e a Casa Abrigo Sempre Viva. Focaremos nossa atenção na Casa Abrigo Sempre Viva que tem por finalidade abrigar, em caráter emergencial e provisório, mulheres que estão em risco iminente de morte devido à violência de gênero no âmbito conjugal e que não possuem alternativa de proteção e podem estar acompanhadas de seus filhos e filhas menores de 18 anos.

A Casa Abrigo é um equipamento direcionado para casos gravíssimos de violência sexista, em particular de violência doméstica, em que a vida da mulher está ameaçada pela convivência com o agressor, tornando necessário seu afastamento imediato, com um corte radical de todo e qualquer contato. A permanência na casa é, portanto necessariamente por tempo limitado. (GODINHO, COSTA, 2006:.50).

Considera-se que as políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas, como observam Camargo e Aquino (2003), é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da autoestima das mulheres, fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva, contudo percebe-se que no que diz respeito às iniciativas da institucionalização de políticas do trabalho para mulheres em situação de violência, estas ainda se encontram incipientes.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Na pesquisa de campo foram realizadas, no período de agosto a novembro de 2010, cinco entrevistas em profundidade com mulheres egressas da casa abrigo, cujo agendamento foi feito diretamente com as entrevistadas, obedecendo, obviamente, o dia e horário mais conveniente para elas. De modo geral o contato com as mesmas não é fácil, pois na tentativa de distanciar do agressor, ou mesmo da família estendida desse, elas não retornam mais para os locais onde moravam antes de serem abrigadas e,

estando instaladas, caso o agressor as encontre, elas também se mudam. Como as condições de acesso à moradia são precárias, elas também estão sempre se mudando em busca de lugares mais próximos do novo emprego ou das escolas dos filhos, ou mesmo por causa dos custos de aluguel.

Mas uma vez contatadas, foi percebido claramente o prazer de estarem relatando o ocorrido, que elas se sentiam como se fossem sobreviventes ao conseguirem romper com a violência em suas vidas. Para elas, a emoção de repassar o drama vivido, suas experiências, a coragem que tiveram entre outros sentimentos, se sustentavam na possibilidade de servirem como exemplos, para que outras mulheres não precisassem passar pela mesma situação.

Duas das entrevistadas egressas declararam ter um sonho de um dia poder lançar um livro para relatar suas vidas, e uma delas contou, então, que já escreveu dois capítulos e que foi esse desejo que a fez retornar aos estudos, comprar computador e aprender a manuseá-lo.

QUADRO 1 - Características gerais das mulheres entrevistadas³

EGRESSAS
Rosa: 45 anos, branca, 3ª série, quatro filhos, artesã.
Cecília: 33 anos, negra, ensino médio, dois filhos, vigilante.
Val: 48 anos, parda, ensino médio, seis filhos, serviços gerais.
Lurdinha: 46 anos, branca, ensino médio, três filhos, artesã.
Isa: São Paulo, 28 anos, branca, dois filhos, secretária.

FONTE: Entrevistas realizadas com mulheres egressas da casa abrigo de Belo Horizonte, Brasil, entre os meses de agosto a outubro de 2010.

No momento da entrevista, as egressas entrevistadas possuíam renda mensal mínima de R\$ 550,00 e máxima de R\$ 1.400,00, todas possuíam casa própria e eram as principais responsáveis pela manutenção do lar.

1.3 AS MULHERES EGRESSAS E A EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO

Val esteve abrigada no ano de 1997 e permaneceu no Abrigo por mais de um ano com seus seis filhos. A principal memória que traz das condições em que vivia quando chegou ao Abrigo é bastante dramática, contudo relata que atualmente suas circunstâncias mudaram consideravelmente graças ao trabalho.

Para Val estar na situação atual é sinônimo de vitória, ela conseguiu romper com a situação de violência, diz reconhecê-la muito bem e consegue classificá-la: “eu sofri muita violência psicológica, desde criança, muita violência verbal também e as físicas eu nem te conto, quem sabe um dia...” (Egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Val também descreve a conquista do trabalho como um “fantasma” que teria de ser superado “prá mim o principal fantasma é conseguir o emprego, depois a moradia, é aonde vem a fraqueza, porque parece que a gente não vai conseguir.” Depoimento verbal em 30/11/2010). Ela conseguiu o trabalho e sente como se essa conquista tenha lhe resgatado a identidade, sua autonomia, sente-se cidadã: “eu consegui ter meu nome de novo, olha eu posso comprar a crédito e tenho cartão”, também conseguiu adquirir uma casa “é pequena na verdade sabe, mas, é minha, lá entra quem eu quero.” (Depoimento verbal em 30/11/2010). Seu maior sonho agora é conhecer seu neto e depois se aposentar.

Assim como Val, também Cecília tem muitos sonhos, sonhos que vão se tornando realidade com o seu crescimento profissional e pessoal. Cecília chegou ao abrigo no ano de 1997 e permaneceu durante sete meses com seus dois filhos. Conta que sempre trabalhou desde os 8 anos como babá, e a potencialidade

³ Os nomes utilizados para descrever as entrevistadas são pseudônimos que as próprias entrevistadas escolheram para se identificarem.

que conquistou trabalhando foi sua “*grande herança*”, quando teve de parar de trabalhar por causa da maternidade “foi a pior coisa que aconteceu comigo”, até porque a maternidade não foi para ela desejável e sim forçada como relata:

Ele dizia que queria ter muitos filhos, então um dia, quando ele soube que eu estava com DIU, ele queria arrancar o DIU à força (...), ele então me amarrou e com a chave de fenda foi perfurando meu útero, (...) isso fez com que eu tivesse uma grande infecção e estava mesmo quase morrendo em casa. Até que ele então me levou para o hospital, ele achava que eu ia morrer lá, (...) pegou meus filhos e entregou para minha mãe, mas quando tive alta, a conselho de minha mãe, fui direto para a delegacia e aí de lá fui para o Benvinda, tudo escondido dele. (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Cecília trabalha numa firma e nos finais de semana abre seu salão de beleza que montou em sua casa, “as mulheres têm de ficar muito bonitas e serem felizes.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Com relação ao trabalho, destaca que:

eu só peço à Deus para continuar trabalhando para cuidar da minha família. O trabalho é fundamental para a vida, sem o trabalho não há como resolver as coisas, não há como crescer e eu pretendo crescer através do meu trabalho, (...) no ano que vem eu termino meus estudos, depois vou fazer vestibular. (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Seu grande sonho é de poder escrever um livro sobre sua vida, contar sua história e contribuir para que outras mulheres não passem o que ela passou: “quero contar pro mundo que ninguém precisa passar pelo que eu passei, (...) acho que as mulheres sofrem porque não sabem que têm direitos e que podem sair dessa.” (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Assim como Val e Cecília, Lurdinha também venceu muitos obstáculos. Ela relata que chegou ao Abrigo no ano de 2002, com seus três filhos pequenos e todos “traumatizados: as crianças não conseguiam dormir, achava que o pai estava escondido em algum lugar e que poderia aparecer, (...) eu vivia com a pressão lá em cima e tudo que eu fazia era chorar.” (Lurdinha, egressa da CASV. Depoimento verbal em 19/08/2010).

Lurdinha e seus filhos ficaram abrigados por oito meses, chegaram todos muito traumatizados, mas aos poucos foram se recuperando, na medida em que se engajavam com outras atividades, com outras mulheres, com a terapia, com os grupos de reflexão. Também teve a oportunidade de aprender com uma das abrigadas a confecção de tapetes de retalhos.

Lurdinha conta feliz que hoje está recuperada e relembra: “a época mais feliz da minha vida foi quando eu estava abrigada, eu e meus filhos longe do perigo, (...) foi lá que eu aprendi a viver”, e tudo que conquistou “eu devo ao meu trabalho, meu trabalho, (...) hoje a gente vive na nossa casa, ela é simples mas é nossa; todo mundo estuda e a gente é unido.” (Depoimento verbal em 19/08/2010). Atualmente, seus tapetes são vendidos em várias feiras.

Assim como Lurdinha, Rosa e sua família também fazem artesanato, e participam dos Grupos de Empreendimentos Solidários. Ela e seus quatro filhos chegaram ao Abrigo no ano de 1997 e permaneceram por seis meses: “no princípio foi muito difícil a convivência com as outras mulheres e as outras criança, meus meninos não eram fáceis. Até porque a gente vivia na rua mesmo, mais na rua do que em casa; em casa a gente só ia para apanhar.” (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Ainda no Abrigo, Rosa começou a fazer artesanato com miçangas e gostou muito da experiência. De seu trabalho, Rosa relata que “foi a partir dele que recuperei toda minha história e pude dar para meus filhos outra criação, aprendi a respeitar as pessoas (...) hoje eu sei administrar as tarefas, aprendi a ser mãe, a ser dona de meu próprio corpo, da minha vida”. (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Rosa mora, atualmente, numa casa própria “com um quintal que dá gosto, tem frutas e verduras que a gente planta” (Depoimento verbal em 13/09/2010).

Isa, a quinta egressa do abrigo a ser entrevistada, também revela que é possível ir atrás dos sonhos, “mesmo com muito esforço é possível”, no caso dela a família sempre deu apoio para que ela largasse o companheiro violento. O motivo de sido abrigada por três meses com seus filhos, foi porque o companheiro “era um bandido muito perigoso e por isso eu não podia mais ficar em São Paulo, então o Abrigo de lá me encaminhou para cá.” (Depoimento verbal em 30/11/2010). Para Isa, por meio do trabalho remunerado ela consegue perceber sua situação anterior e “encontrar outras saídas.”

Embora a violência conjugal de suas formas mais sutis até às mais brutais, estiveram presentes no cotidiano das mulheres egressas, bem como a interrupção de seus trabalhos, principalmente em função da maternidade, é necessário salientar a determinação dessas mulheres que, frente a frente com situações sociais que engendram um cotidiano marcado por muitas dificuldades, desigualdades, permanecem buscando novas possibilidades, oportunidades e aglutinam em torno de si suas famílias e seus filhos. Em seus percursos, aparecem como “sobreviventes” e participantes de um contexto no qual se tornaram protagonistas; de alguma forma, conseguem reconstruir suas vidas, cada uma a seu modo, envolvendo estímulos acessíveis de acordo com suas habilidades e afetos.

2. CONCLUSÃO

Por ser uma questão que envolve tabu, aspectos morais, sociais, ideológicos, a mulher na situação de violência conjugal, em geral convive com o isolamento social e o silêncio. Ainda que esse tipo de violência venha ganhando visibilidade social, foi reconhecida nesta pesquisa a necessidade de aprofundamentos na compreensão da complexidade desse fenômeno, a fim de desencadear mecanismos de ordem política e social para seu enfrentamento. Isso porque muitas pessoas entendem os comportamentos violentos como algo natural e impossível de serem mudados, sendo que algumas mulheres os aceitam como parte do destino, até porque esse tipo de violência pode se inscrever como uma “herança” geracional, ou seja, a mãe sofria violência, a tia, a avó entre outras mulheres do círculo familiar.

No que diz respeito aos significados do trabalho remunerado, a partir da perspectiva das mulheres entrevistadas, ficou claro que esse é o fator principal, a primeira estratégia para romper com o vínculo ao agressor, já que, anteriormente, o abandono do trabalho reforça esse mesmo vínculo. Em muitas situações, o início da violência física dentro do relacionamento estava ligado ao momento que elas pararam de trabalhar, em geral devido à gravidez. Todas as entrevistadas relacionam a dependência econômica que elas estabelecem com o parceiro marcando o começo dos processos de submissão física.

Para elas, a retomada do trabalho remunerado reúne em si todas as qualidades essenciais para a (re)conquista de seus direitos e de sua autonomia; somente à partir dele é que se abrem as possibilidades de sua participação nos espaços sociais/econômicos, o sentimento de pertencer a uma categoria que a represente para além do espaço privado. Afinal, conforme Cappellin (2005, p. 246), declara “ter um emprego é ter um trabalho e um salário, mas também ter um lugar na sociedade”.

Nossos resultados chamam atenção para a necessidade de se buscar estratégias que incidam na formulação de novos modelos de desenvolvimento, que permitam a ampliação de oportunidades para um maior número de mulheres. Cabe aqui ressaltar que esse modelo permeado pela ligação entre relações de gênero, trabalho doméstico e os direitos sociais, nos informam sobre os desafios a serem

enfrentados principalmente pelas mulheres de forma intensa, tendo em vista a conformação das identidades e as possibilidades de concretização de projetos pessoais emancipatórios desde a infância. Pois como vimos, as violências sofridas foram práticas que não se inscreveram necessariamente somente no universo das particularidades pessoais e em situações de conjugalidade. Nas declarações das entrevistadas, foi possível identificar que as formas de reiterar o comprometimento de seus direitos humanos tanto em âmbito privado, quanto em público, são sustentadas pela aprovação social e denunciam que esse modelo se inicia mesmo antes da união conjugal.

Na realidade, a trajetória de submissão dessas mulheres, em sua grande maioria negras pardas, que se inicia a partir de sua infância, quando ingressam no mercado de trabalho infantil de forma doméstica não remunerada e permeada pelos abusos de ordem sexual e de violências físicas e psicológicas, exercidos em âmbito privado por várias pessoas, uma vez que, trabalham em uma multiplicidade de residências. Esta circunstância para além de promover o comprometimento de sua autonomia pessoal e autoestima, inibe as chances futuras de crescimento com vistas à construção de projetos emancipatórios, constringendo, assim, a possibilidade de um futuro promissor. Em outras palavras, sem o reforço do resgate dos direitos infantis e humanos, como também da alteração do padrão atual da divisão sexual do trabalho, tornam-se remotas as chances de aquisição de autonomia dessas mulheres.

Contudo, o que se percebe é que embora a tensão entre as relações de gênero e trabalho doméstico estabeleça um contínuo de desapropriação de direitos e de autonomia, é nessa dinâmica que vão sendo tecidos os suportes para a construção de uma nova perspectiva, e vai, então, se gestando um movimento antagônico, quando tratam de achar caminhos para uma releitura: fazer do trabalho até então tido como seu algoz, o seu libertador.

É a partir da construção, ainda que incipiente, de um projeto de autonomia pessoal que as mulheres vão desenvolvendo o estranhamento de uma situação de submissão, até então tida como “normal” e importando para si mesmas uma nova posição social e econômica, que proporcione o rompimento com o isolamento, trazendo à tona o abrigo coletivo e de direitos. Vão construindo, então, uma nova história, ou pelo menos trazem as possibilidades de traçarem novas estratégias para a busca de novos itinerários, almejando um novo modelo, o qual possibilite o resgate de seus direitos com vias à emancipação e a uma nova identidade – agora não só como mães e demandantes de recursos oriundos de políticas sociais distributivas, mas, sim, como agentes capazes de protagonizar processos políticos.

E é nesta perspectiva, que se revela a defasagem das atuais políticas públicas voltadas para o atendimento da mulher em situação de violência, como instrumento capaz e comprometido em dar suporte para um salto realmente significativo para alcance da equidade. Percebe-se, assim, que as oportunidades de autonomia que emergem na conjuntura atual da sociedade não alcançam o rompimento do confisco de sua cidadania, desenhado pela herança do modelo histórico de exclusão das mulheres nos processos participativos e de tomadas de decisões.

Entretanto, apesar disso, acreditamos que os diagnósticos promovidos pelas pesquisas são capazes de abrirem novos debates e as vias para a construção de novos contextos políticos, mesmo que sejam por força da pressão dos movimentos organizados de mulheres que, afinal, nunca estiveram ausentes das revoluções de cunho social.

BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia. Protocolo: orientações e estratégias para a implementação das Casas Abrigo. In: CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia (Org.). **Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero**. Construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ago. 2003, p. 47 -49.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempos de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: CAPPELLIN (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 241- 267.

GODINHO, Tatau; COSTA, Maria Luiza da. Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006, p. 45-63.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa (Org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, ROCCO, 1994.

SAFFIOTI, Heleiete. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleiete. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 13, n. 4, out.-dez.,1999, p. 82- 91.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **Relações Violentas no Espaço da Intimidade: drama privado ou tragédia pública?**. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

SMIGAY, Karin Ellen. Os atravessamentos institucionais no atendimento clínico IV. In: **Seminário Núcleo de Atendimento às Vítimas NAVCV, Construção da Cidadania: Os impasses no atendimento às vítimas**. Belo Horizonte, ago. 2004, p. 43-68.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência Contra a Mulher – Orientações práticas para profissionais e voluntários(as)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis. **Revista estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo, In: SCHPUN, Mônica. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107-128.